

Violência doméstica contra crianças e adolescentes no contexto brasileiro: discussão a partir de dados da literatura

Domestic violence against children and adolescent in the Brazilian context: discussion from the literature's data

Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo¹

Resumo

A compreensão e o conhecimento da experiência emocional de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica se torna cada vez mais relevante, em razão do número crescente de casos e das sérias consequências que o fenômeno acarreta ao processo de desenvolvimento e à saúde física e mental das vítimas.

Além disso, trata-se de problemática com deletérios efeitos sociais, tais como inadaptação escolar e repetição de atos violentos em cadeia, dentre outros. O artigo traz uma breve revisão de trabalhos desenvolvidos no Brasil, nos últimos anos (em diferentes bases de dados), que revelam a dificuldade das estatísticas dos casos de crianças e adolescentes vítimas de violência no contexto familiar. Se, por um lado, há mais estudos que analisam as condições de vida dessas crianças e adolescentes, com suas graves consequências e danos, por outro, existem trabalhos que apontam a existência de programas de enfrentamento do problema. Porém, estes ainda se mostram pouco suficientes, e todos os autores são unânimes em alertar para a necessidade de que toda a sociedade enfrente o fenômeno, de forma integrada, e que se unam esforços na tarefa de identificar, conhecer e compreender essa realidade, embasando medidas preventivas e interventivas.

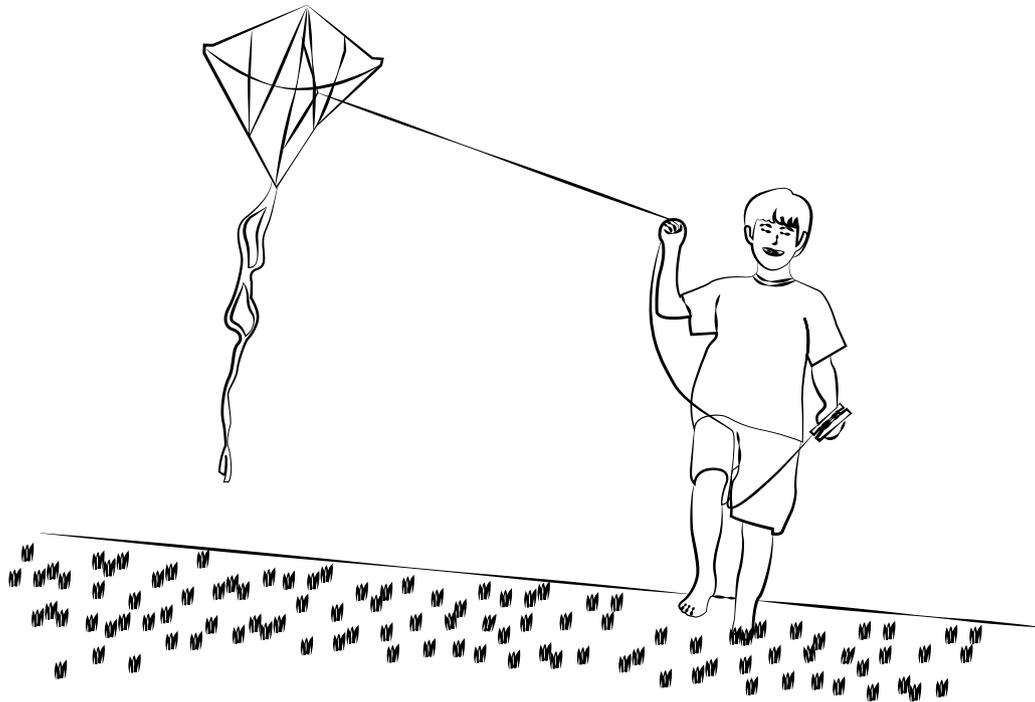
Abstract

Understanding and knowledge of the emotional experience in children and adolescents who are victims of domestic violence becomes increasingly important, due to the increasing number of cases and the serious consequences that this phenomenon might impact on the individual improvement process, and also to the physical and mental health of victims. Furthermore, this problematic has deleterious social effects such as school maladjustment and repetition of violent acts chain, among others. The present paper presents a brief review of work carried out in Brazil in recent years (in different databases) that reveal the difficulty of statistics on violence cases and child victims of violence in the family environment. All authors are unanimous in warning of the need for the whole of society face the phenomenon in an integrated way and for the task of identifying, knowing and understanding this reality, in order to base preventive and interventional measures.

Palavras-chave: Criança, Adolescente, Violência Doméstica, Família

Keywords: Child, Adolescent, Domestic Violence, Family

¹ Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo (tardivo@usp.br) é doutora e livre docente pela USP/ professora associada 2 do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da USP.



O artigo traz uma breve revisão de trabalhos desenvolvidos no Brasil, nos últimos anos (em diferentes bases de dados), que revelam a dificuldade das estatísticas dos casos de criança vítimas de violência no contexto familiar. A violência doméstica contra crianças e adolescentes vem sendo, principalmente nos últimos trinta anos, motivo de polêmica, discussão e reflexão. Sua abordagem apresenta inúmeras dificuldades em razão de ser um fenômeno que se manifesta de maneira sigilosa, configurando um segredo familiar, e estar envolvido por dispositivos de velamentos ideológicos, que o revelam e ocultam ao mesmo tempo.

Durante as últimas três décadas, têm-se percebido numerosos questionamentos e estudos científicos a respeito dos efeitos psíquicos, a longo e curto prazos, relacionados à vivência de vitimização doméstica. Muitos trabalhos relatam uma grande variedade de dificuldades e distúrbios nas áreas afetiva, cognitiva e social, como poderemos verificar na breve revisão a ser apresentada a seguir (de trabalhos feitos no Brasil). Alertam para riscos, apontam consequências e chamam a atenção para aspectos que devem ser considerados em pesquisas, programas de prevenção e intervenção, como os resumidos a seguir.

As estatísticas nessa área, no Brasil, mostram-se escassas, e a maior parte delas refere-se a casos notificados a órgãos governamentais ou não governamentais e se originam de pesquisas acadêmicas. Segundo

Azevedo e Guerra⁰², apesar de a população brasileira de 0-19 anos ser, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1999/2000, de 68.205.937, o que equivale a 40,16% da população total, o Brasil integra o “triste” contingente de países em que não há estatísticas confiáveis sobre o fenômeno da violência doméstica contra crianças e adolescentes. Segundo publicação do Centro de Referência às Vítimas de Violência do Instituto Sedes Sapientiae *três entre dez crianças de zero a doze anos sofrem algum tipo de maus-tratos dentro da própria casa, perpetrados por pais, padrastos ou outros familiares*. É a mesma conclusão de Faleiros, Matias e Bazon⁰⁸ em trabalho em Ribeirão Preto (SP), apontando a significância desse fenômeno e a sua menor notificação.

Martins e Jorge¹² construíram o perfil epidemiológico da violência contra menores de 15 anos residentes em Londrina (PR) com base nas notificações efetuadas em 2002 e 2006 aos Conselhos Tutelares, projetos e programas de atendimento a crianças e adolescentes vitimizados. Foram estudados 607 casos em 2002 e 1.013 em 2006. A violência ocorreu predominantemente na residência da vítima e por um a dois anos antes da notificação, com predomínio da violência física (52,9% em 2002 e 48,2% em 2006). Observou-se aumento dos coeficientes de notificação dos episódios em todos os tipos de violência entre os dois anos de estudo, com

reincidência em 172 casos (10,6%). Esse estudo tem a relevância de ter sido realizado com muito cuidado e de se constituir num estudo transversal.

Carvalho⁰⁶ abordou o tema da violência doméstica em Fortaleza (CE). Esta é uma das cidades onde colaboradores contribuíram no desenvolvimento da presente pesquisa. Analisou as características da violência doméstica contra crianças e adolescentes atendidos no Instituto Médico Legal (IML) de Fortaleza, visando contribuir para a formulação de políticas públicas de enfrentamento desse problema na população estudada. A população foi constituída por 343 crianças e adolescentes atendidos no IML de Fortaleza, no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2008. Encontrou-se entre as vítimas de violência doméstica contra crianças e adolescentes o predomínio do sexo feminino e da faixa etária de 10 a 14 anos. As vítimas moravam, sobretudo, com os pais, no município de Fortaleza, em famílias de renda *per capita* inferior a R\$ 400. O principal agressor foi o pai, e o notificante, a mãe.

Em Ribeirão Preto (SP), Bazon⁰³ relata serem as crianças e os adolescentes expostos a várias situações de violência. Teve o objetivo de descrever tais situações de forma qualitativa e quantitativa, com base nos dados da Agência de Proteção à Criança Ribeirão Preto, em São Paulo, nos anos de 2000 a 2003. Buscou discutir a classificação das queixas apresentadas ao organismo de acordo com um quadro conceitual para os atos violentos cometidos contra crianças e adolescentes, que destaca a parte estrutural, criminal e doméstica. O estudo começou pela tabulação das queixas, organizando-as de acordo com as categorias utilizadas pelo próprio organismo. As queixas foram então agrupadas por tipo de violência. Do total de 7.272 queixas analisadas, 43,4% foram classificadas como violência estrutural e 44,1% como domésticas. Outras categorias surgiram, mas foram mais difíceis de separar, o que demonstra estarem as formas de violência interligadas. Esses dados corroboram a ideia de que a violência estrutural (da sociedade mais ampla) e a doméstica são os determinantes macro e microsocial e por vezes expressos nos relacionamentos interpessoais.

Faleiros, Matias e Bazon⁰⁸, ao verificar a notificação muito inferior à realidade, apontam a mesma situação em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo. Eles dizem que as estatísticas oficiais sobre esse fenômeno não refletem a realidade, uma vez que muitos casos não

são notificados e objetivaram estimar a prevalência real de violência doméstica em crianças de 0 a 10 anos de idade matriculadas em creches públicas e privadas e escolas na cidade. Foram utilizadas informações obtidas com professores e a equipe, com base na premissa de que os profissionais têm condições de identificar os casos. Os autores depois compararam essa prevalência estimada com a taxa oficial notificada e uma amostra aleatória e representativa de 305 professores, responsáveis por 6.907 crianças. A prevalência encontrada foi de 5,7% na população, comparada a 0,3%, calculada com os dados dos Conselhos Tutelares, corroborando assim a hipótese de que a taxa oficial representa apenas a ponta do *iceberg*, como aqui referimos.

As formas mais frequentes de violência identificadas nas escolas tanto públicas como privadas foram negligência e violência psicológica, geralmente consideradas menos importantes, uma vez que são vistas como menos graves. Notou-se também que a situação se agrava em crianças mais velhas, concluindo-se que é muito importante a participação das redes de ensino para a detecção, a notificação e a intervenção precoce, que tem relevância na prevenção secundária.

Zambon et al.²⁵ fizeram um levantamento de casos de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica da Unidade de Emergência Referenciada Pediátrica (UERP) do Hospital das Clínicas (HC) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – e em ambulatório especializado durante quatro anos, enfatizando o abuso sexual. Encontraram predomínio de negligência pouco mais entre meninas; do abuso sexual, muito mais entre meninas (80%) e com idades entre 5 e 10 anos. Há ainda um predomínio de fatos na área doméstica – e muito (81,1%) –, e o agressor em geral é conhecido.

Vasconcelos, Camargo e Oliveira²³ apresentam uma discussão sobre a violência doméstica, relatando que as estatísticas referentes à violência intrafamiliar (doméstica) vêm sofrendo uma constante progressão, constituindo-se em problema social de relevantes consequências. Eles concluem que a violência doméstica apresenta-se como um fenômeno complexo, que impõe a participação de todos os que puderem reconhecer e identificar tais abusos, o que é indispensável no enfrentamento do problema. Os autores, como outros, reiteram o caráter obscuro (o segredo) decorrente da prática, e pensam que a situação deve ser combatida não só pela e em função da vítima, mas por toda a sociedade que busca ser sadia.

Sá et al.²⁰ investigaram a associação entre exposição à violência e o desenvolvimento de dois perfis psicopatológicos de comportamento antissocial em adolescentes da periferia de São Paulo. Realizaram um estudo longitudinal com 93 adolescentes (11-18 anos) que em 2002 apresentavam problemas de saúde mental e foram reavaliados em 2007. A violência doméstica mostrou-se como único fator relevante para a manutenção do comportamento antissocial. Os autores concluíram que o ambiente familiar e uma comunidade violenta parecem ser modelos para a manutenção e o desenvolvimento de comportamentos violentos entre adolescentes. O estudo de Ximenes²⁴ visou investigar a associação entre transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e exposição à violência familiar e comunitária em crianças e adolescentes escolares de um município do Rio de Janeiro, onde as condições de vida da população são muito adversas. Percebeu-se que quanto maior a exposição à violência, maiores chances de apresentação do transtorno.

Penso et al.¹⁷, em sua pesquisa, evidenciaram que o abuso sexual intrafamiliar precisa ser estudado na perspectiva de um triângulo formado pelo pai, pela mãe e pela vítima. As vítimas de abuso sexual mostraram-se ambivalentes a quem amam, mas que as fazem sofrer; as mães falharam ao protegerem as filhas; e os pais perceberam suas filhas como objeto de satisfação pessoal.

Diversos estudos apontam esse dado: mais mulheres vítimas (quando se consideram todas as formas de violência intrafamiliar), crianças em seguida, e o agressor conhecido, e em geral, homem – ou se a violência é física, muitas vezes a mãe aparece como a agressora. Como no estudo de Garbin et al.¹⁰, que visou conhecer o perfil das ocorrências violentas contra crianças e contribuir para a visualização, o conhecimento e o enfrentamento do problema. Os autores analisaram dados registrados nas ocorrências policiais da Delegacia de Defesa da Mulher de uma cidade de São Paulo no ano de 2008. Encontraram maior prevalência de maus-tratos físicos, sendo a residência o local de maior incidência de agressões, e na maioria das vezes o agressor era a mãe da criança.

Moura, Moraes e Reichenheim¹⁴ apresentam um estudo realizado em serviços de emergência de dois hospitais no Rio de Janeiro, relatando que a pesada rotina desses serviços pode dificultar a detecção e o tratamento dos casos de violência familiar. Eles visaram mostrar

a magnitude da violência contra as crianças atendidas nesses serviços de emergência. Entrevistaram 524 pais ou responsáveis de crianças com menos de 12 anos. Usaram a *Conflict Tactics Scales: Parent-Child* (CT-SPC). Encontraram elevados índices de violência psicológica, negligência e violência física, que contrastam com os índices oficiais muito mais baixos, no mesmo período. O estudo, assim, mostra a dificuldade de identificar e notificar a violência contra crianças em serviços de emergência, em nosso país, considerando que os métodos e as estratégias devem ser reavaliados.

Realizando um estudo dessa problemática em países latino-americanos, pode-se considerar que esta provém de situações semelhantes, ou seja, da falta de trabalho, ausência de um sistema educacional eficiente, falta de planejamento familiar, delinquência, drogadicção, perda de identidade, analfabetismo, pobreza, exploração do trabalho, violação dos direitos e discriminação das minorias⁵.

O artigo de Cano⁵ aborda a dificuldade de se chegar a um diagnóstico do abuso sexual em crianças e a necessidade de atuação de uma equipe interdisciplinar que contribua com diferentes perspectivas para o diagnóstico. O estudo de Elsen et al.⁷ indica que a violência contra a criança poderia ser identificada e enfrentada dentro do ambiente escolar e mostra como essa situação se evidencia nesse contexto.

Desenvolvemos estudos qualitativos, visando descrever e discutir formas de intervenção em crianças vítimas de violência, muitas delas vivendo em abrigos. Nesse sentido, temos consultas terapêuticas e outras formas de enquadre⁴. Destacamos o livro organizado por Rosa e Motta¹⁹, em São Paulo, que é composto por diversos capítulos de pesquisadores, docentes e doutorandos brasileiros que trazem suas contribuições, enfocando de forma especial a violência doméstica.

O artigo apresentado por Milani e Loureiro¹³ aborda as condições familiares implicadas em situações de risco psicossocial, focalizando o problema da violência doméstica e suas repercussões no desenvolvimento psicossocial de crianças. Os autores chamam a atenção para a necessidade de explorar os fatores do ambiente familiar que se associam a essa condição de risco. Tais estudos também sinalizam a necessidade de suporte tanto para as crianças como para as famílias que experimentam essa adversidade, ou seja, a violência doméstica. As autoras avaliaram quarenta famílias, com filhos



na faixa etária de 8 a 12 anos incompletos, atendidas pelo Conselho Tutelar do Município de Maringá (PR) há três anos, após uma primeira denúncia de risco psicossocial associado à violência doméstica. Como dados, verificaram que as famílias relataram história pregressa de dificuldade, com complicadores como problemas de saúde mental dos pais, dependência de álcool e drogas e discórdia conjugal recorrente, fatos que demandam medidas de saúde mental. As autoras discutem a importância do trabalho do conselheiro tutelar, que, ao focalizar os direitos da criança, não deixa de ter a visão da família como um sistema complexo e que também apresenta necessidades, para não haver o risco de o órgão se tornar simplesmente repressor. Nesse sentido, são necessárias medidas de saúde mental e psicossociais, explicitadas em intervenções que mobilizem a capacidade de resolução de problemas pela família.

Esse estudo, como outros, questiona se a violência doméstica constitui um ato pontual ou se faz parte de um contexto de vida permeado por adversidades. Nesse sentido, na avaliação de riscos psicológicos, nem sempre é possível isolar um risco particular, e a violência doméstica pode ser decorrente de processos complexos em que interagem múltiplas adversidades. As autoras recomendam a realização de outros estudos de caráter longitudinal para compreender a trajetória de desenvolvimento das crianças vítimas de violência doméstica, considerando o tempo decorrido após a violência, no sentido de explorar o tempo que a criança e a família levam para se recuperar e os processos de superação das adversidades, que incluem aspectos da dinâmica individual da criança e as advindas da interação familiar, no contexto social em que se localizam.

Thompson e Trice-Black²² alertam para o fato de que crianças expostas ao trauma da violência doméstica (entre os pais) tendem a ter dificuldades de comportamento, déficits de habilidades sociais e acadêmicos. Abordam a importância da atuação da escola, recomendando intervenções em grupos que podem ser feitas em crianças que foram expostas ao trauma da violência doméstica.

Alves e Emmel⁰¹ trazem um estudo qualitativo, realizado com base em uma análise multifatorial do fenômeno da violência e respaldando-se em teorias que consideram a importância dos contos de fadas no desenvolvimento emocional infantil. Os autores apresentam uma forma de intervenção baseada em narrativas

de histórias, a qual é importante se considerarmos a questão da transmissão intergeracional da violência. Eles afirmam que pais violentos já foram violentados; assim, a escuta de histórias e as possibilidades de contato com os próprios filhos em atividades como essa podem abrir novos caminhos no desenvolvimento emocional de todos os envolvidos na dinâmica familiar.

Milani e Loureiro¹³ avaliaram crianças com história de risco psicossocial, associado à violência doméstica, o que implicou notificação ao Conselho Tutelar, e as compararam com um grupo de crianças sem história de risco psicossocial quanto ao autoconceito e ao desempenho escolar. Foram avaliadas quarenta crianças, de ambos os sexos, de oito a doze anos, que residiam com pelo menos um dos pais biológicos, distribuídas em dois grupos, um com histórico de violência doméstica e outro sem história de risco psicossocial relatada. Procedeu-se à aplicação da Escala Piers-Harris de Autoconceito e do Teste de Desempenho Escolar. As crianças com história de violência doméstica apresentaram um autoconceito mais negativo na área de comportamento e mais dificuldade no desempenho escolar na área de escrita. Tais dificuldades sugerem prejuízos em áreas que deveriam funcionar como proteção – ou seja, que essas crianças não contam com alguns recursos essenciais para enfrentarem as tarefas desenvolvimentais da idade escolar.

Renner¹⁸ fez um estudo com crianças e adolescentes de 3 a 18 anos, com o objetivo de avaliar os efeitos de violência familiar no seu comportamento. Os resultados confirmaram que crianças e adolescentes que sofreram qualquer tipo de vitimização na família tiveram maior média de escores de comportamento agressivo em comparação com crianças sem histórico de violência familiar. Crianças que sofreram tipos indiretos de violência familiar (por exemplo, a exposição ao abuso físico de um irmão) tiveram pontuações também elevadas. Os resultados desse estudo sugerem que os pesquisadores e prestadores de serviço devem adotar uma conceituação mais ampla de vitimização familiar, procurando ampliar a quantidade de serviços prestados a crianças que são também indiretamente vítimas.

Em revisão de trabalhos mais atuais, há alguns que enfocam mais os profissionais, como o de Lobato e Nascimento¹¹, que analisam os desafios encontrados na abordagem da violência doméstica contra crianças e adolescentes por profissionais do Programa Saúde da Família (PSF) Realizaram estudos de casos com profis-

sionais de equipes do PSF Identificaram vínculo com a comunidade e a dificuldade para ações intersetoriais, sendo esses desafios para detecção, notificação e acompanhamento dos casos.

Felizardo et al.⁰⁹ apresentam uma revisão de bibliografia que objetiva abordar a problemática da violência infantil como uma realidade de saúde pública que se perpetua há tempos, estando presente nas diferentes classes sociais. Descrevem a violência física, psicológica e sexual, a negligência institucional e estrutural, as ações acadêmicas diante da violência infantil, o papel dos profissionais de saúde e do Ministério da Saúde diante do problema.

Em nosso meio, o trabalho de Paula et cols¹⁶ analisou fatores de proteção e de risco para problemas de saúde mental entre adolescentes. Os autores realizaram um estudo transversal com uma amostra aleatória de 327 estudantes da 6ª série de todas as escolas públicas e privadas de Barretos (SP) em 2004. Todos os fatores de risco e proteção independentes foram incluídos no modelo inicial de regressão logística, permanecendo no modelo final apenas a variável com nível de significância inferior a 0,05. Verificou-se que apenas a exposição à violência permaneceu no modelo final como fator associado a problemas de saúde mental. Crianças expostas à violência doméstica tinham três vezes mais chances de apresentarem esses problemas do que aquelas expostas à violência urbana. Os autores concluíram que a violência doméstica associou-se a problemas de saúde mental nos adolescentes do estudo, podendo ser mais importante que a violência urbana em cidades de médio porte.

Nunes et al.¹⁵ procuraram entender as concepções sustentadas por profissionais de saúde no que diz respeito à violência contra crianças e adolescentes praticada na família. Foi utilizada uma metodologia qualitativa de estudo de caso, com técnicas de observação participante, entrevistas e pesquisa em documentos. Os participantes eram funcionários do governo de uma Unidade Básica de Saúde da Família no Brasil. Os profissionais de saúde associaram a violência com o desenvolvimento econômico, social e político e com aspectos culturais. Para alguns, atos violentos fazem parte do ciclo intergeracional e das dinâmicas familiares. Punições físicas são consideradas como violência para alguns e como medidas educacionais para outros. Os participantes também basearam suas definições sobre violência

em construções *a priori* de sujeitos, quer como vítimas, quer como agressores, faltando a análise da dimensão relacional do fenômeno da violência. Os profissionais de saúde apresentaram dificuldades em compreender a violência no contexto que lhe confere significados e de reconhecê-la como consequência de uma complexa dinâmica relacional.

Podemos afirmar que a violência doméstica contra crianças e adolescentes necessita de ações comprometidas, visando, além da construção de políticas públicas de prevenção do fenômeno, ao desenvolvimento de instrumentos eficientes para a identificação e a intervenção.



Referências

1. Alves HC, Emmel MLG. Abordagem bioecológica e narrativas orais: um estudo com crianças vitimizadas. *Paidéia*. 2008;18(39):85-100.
2. Azevedo MA, Guerra V. Dossiê Brasil 2004-2205 - violência doméstica contracrianças e adolescentes (vdca): um cenário em (des)construção. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo; 2005.
3. Bazon MR. Violências contra crianças e adolescentes: análise de quatro anos de notifi cações feitas ao Conselho Tutelar na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 2008; 24(2):323-332.
4. Biancofiori TM, Leôncio WH, Tardivo LSLPC. Atendimento psicológico com criança vítima de violência sexual: um estudo clínico qualitativo. In: Tardivo LC, organizador. *Caderno de Anais da IV Jornada APOIAR - Infância, sofrimento emocional e a clínica contemporânea*. 2006; 4:133-142.
5. Cano J. Violencia doméstica: abordaje en el primer nivel de atención: enfoque médico legal del diagnóstico de abuso sexual. *ArchPediatrUruguay*. 2010;81(3):192-194.
6. Carvalho HMB. Violência doméstica contra crianças e adolescentes na região metropolitana de Fortaleza [tese de doutorado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP. 2010.
7. Elsen I, Próspero ENS, Sanches EM, Floriano CJ, Sgrott BC. Escola: um espaço de revelação da violência doméstica contra crianças e adolescentes. *PsicolArgum*. 2011;29(66):303-314.
8. Felizardo MJA, RibeiroDAA, Santos LES, Gradim CVC. Uma abordagem sobre a violência infantil no campo histórico, social e de saúde: revisão. *PediatrMod*. 2011;47(2):47-52.
9. Faleiros JM, Matias ADA, Bazon MR. Violência contra crianças na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil: abuso infantil prevalência estimada a partir de dados do sistema escolar. *Cad Saúde Publica*. 2009;25 (2): 337-348.
10. Garbin CAS, Rovida TAS, Joaquim RC, Paula AM, Queiroz APDG. Violência denunciada: ocorrências de maus tratos contra crianças e adolescentes registradas em uma unidade policial. *RevBrasEnferm*. 2011;64(4):665-670.
11. Lobato GR, Moraes C, Nascimento MCL. Desafios da atenção à violência doméstica contra crianças e adolescentes no Programa Saúde da Família em cidade de médio porte do estado do Rio de Janeiro, Brasil. *CadSaúde Pública*. 2012;28(9):1749-1758.
12. Martins CBG, Jorge MHP. A violência contra crianças e adolescentes: características epidemiológicas dos casos notificados aos Conselhos Tutelares e programas de atendimento em município do sul do Brasil, 2002 e 2006. *Epidemiol Serv Saúde*. 2009;18(4):315-334.
13. Milani RGI, Loureiro SR. Crianças em risco psicossocial associado à violência doméstica: o desempenho escolar e o autoconceito como condições de proteção. *Estudos de Psicologia*. 2009;14(3):191-198.
14. Moura ATMS, Moraes CLE, Reichenheim ME. Detection of child abuse: missed opportunities in emergency rooms in Rio de Janeiro, Brazil. *CadSaude Publica*. 2008;24(12):2926-2936.
15. Nunes CB; Sarti CA; Ohara, CVS Concepções de profissionais de saúde sobre violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente 2008. *Rev. Latino-Am. Enfermagem* vol.16 no1. Ribeirão Preto Jan./Feb.
16. Paula CS, Vedovato MS, Bordin IAS, Barros MGSM, D'Antino MEF, Mercadante MT. Saúde mental e violência entre estudantes da sexta série de um município paulista. *Rev Saúde Pública*. 2008;42(3):524-528.
17. Penso MA, Costa LF, AlmeidaTMC, Ribeiro MA. Abuso sexual intrafamiliar na perspectiva das relações conjugais e familiares. *Aletheia*. 2009;(30):142-157.
18. Renner, LM - Single types of family violence victimization and externalizing behaviors among children and adolescents. *Journal of family violence*, 2007;27(3):177-186.
19. RosaJTE, Motta IF, organizadores. *Violência e sofrimento de crianças e adolescentes na perspectiva winnicottiana*. Aparecida, SP: Idéias e Letras; 2008(3):177-186.
20. Sá DGF, CurtoBM, Bordin IAS, Paula CS. Exposição à violência como risco para o surgimento ou a continuidade de comportamento antissocial em adolescentes da região metropolitana de São Paulo. *PsicolTeor Prát*. 2009;11(1):179-188.
21. Tardivo LSLPC, Pinto Junior AA. Manual do Inventário de Frases na Avaliação da Violência Doméstica. São Paulo: Vetor; 2010.
22. Thompson R, Briggs-King EC, LaTouche-Howard SA. Psychology of African American children: Strengths and challenges. In: Chang EC, Downey C A, editors. *A handbook of race and development in mental health*. New York: Springer Science Business Media; 2012.p.27-43.
23. Vasconcelos IV, Camargo G, Oliveira GC. Considerações sobre as múltiplas formas de violência doméstica. *RevPsicol-Plur*. 2008;17(27):25-41.
24. Ximenes LF. Transtorno de estresse pós-traumático em crianças e adolescentes. O impacto da violência e de outros eventos adversos sobre escolares de um município do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro; 2011. 177 p.
25. Zambon MP, Jacintho ACA, Medeiros MM, Guglielminetti R, Marmo DB. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: um desafio. *RevAssocMed Bras*. 2012;58(4):465-471.